



Inclusão no Ensino Superior: A importância da criação de uma política.

Fernanda Nunes de Araújo

Universidade Federal do Cariri , fernanda.nunes@ufca.edu.br

Introdução

Ao longo da história as pessoas portadoras de necessidades especiais têm sido excluídas da sociedade, isso inclui o ambiente educacional, seja ele de educação primária ou superior, isto, apenas em face da apresentação de características físicas ou intelectuais, o modelo social em voga na atualidade por si só apresenta fatores de exclusão que dividem os grupos sociais, é historicamente conhecida e praticada a dominação dos mais fortes e favorecidos frente aos considerados mais fracos e que tiveram menos oportunidades sejam elas econômicas, culturais ou sociais. A inclusão social hoje se coloca como fator primordial para o desenvolvimento da sociedade.

Na atualidade a sociedade como um todo precisa enxergar e respeitar as diferenças, dividir espaços, experiências e emoções com igualdade, para que se possa mesmo que aos poucos construir uma sociedade mais justa para todos, mesmo na atual conjuntura de constantes inovações tecnológicas, as atuações das instituições de ensino sejam elas de ensino fundamental ou superior, ainda agem de forma muito limitada, causando ainda a exclusão de muitos.

Nos últimos anos ações vem sendo desenvolvidas, para que o acesso e permanência do aluno com deficiência seja garantido no ensino superior, como exemplo, o programa Incluir, que desde o ano de 2005 vem lançando editais com o propósito de apoiar a criação de núcleo de acessibilidade dentro das IFES. O Programa de Acessibilidade na educação Superior, que tem por objetivo garantir o acesso de pessoas com deficiência nas instituições federais de ensino superior, nessas instituições o programa visa, criar núcleos de acessibilidade, esses, responderam por ações de integração da pessoa com deficiência dentro da vida universitária.

Metodologia

A pesquisa é de caráter exploratório e terá como objeto de estudo: as ações que as universidades federais situadas nas capitais brasileiras estão realizando para a inclusão de pessoas com deficiência. Segundo Gil (1999, p. 43), os estudos exploratórios “[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” As referidas instituições de ensino superior que são abordadas nesta pesquisa, são as que participam do



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

programa incluir do MEC, onde a núcleos de acessibilidade constituídos com a missão de implantar uma política de inclusão, o referido programa tem como objetivo criar e consolidar núcleos de acessibilidade em instituições de ensino superior em todo o país.

A pesquisa do nome das instituições participantes do programa incluir, foi realizada em pesquisa no portal do ministério da Educação - MEC, que disponibiliza um documento com a relação das instituições que participam do programa a nível nacional, no total são 55 instituições, das quais 27 serão pesquisadas, visto que são as instituições situadas nas capitais, após esse levantamento o estudo realizou uma busca nos sites das instituições investigando em seus respectivos endereços eletrônicos as informações importantes para a pesquisa, as mesmas são coletadas exclusivamente nos sites. O estudo foi realizado com base nas informações disponibilizadas nos sites institucionais das universidades federais nas capitais.

Resultados e Discussões

O estudo revelou que das 27 instituições federais pesquisadas, 16 apresentam em seus endereços eletrônicos informações sobre os núcleos de acessibilidade das instituições, o que corresponde a aproximadamente 60% do total. No quadro abaixo relacionamos as Universidades, os serviços e ações oferecidos e a fonte onde se encontra a informação apresentada.

UNIVERSIDADES	SERVIÇOS / AÇÕES	FONTE
UFAC	garantir o suporte técnico e didático-pedagógico; fornecer acesso, os edifícios passaram por adaptações, com a construção de rampas e banheiros adaptados. Os materiais didáticos também receberam alterações específicas para atender a necessidade desses estudantes.	http://www.ufac.br/portal/news/nucleo-de-apoio-a-inclusao-assegura-acessibilidade-aos-estudantes-da-ufac
UFAL	O Núcleo atua de forma a oferecer Atendimento Educacional Especializado; assessorar na confecção de trabalhos acadêmicos; adaptação de materiais didáticos, além de capacitar para o uso de tecnologias assistivas. O NAC também promove cursos sobre recursos didáticos e assistência educacional à pessoas com deficiência, além de eventos sobre Educação Inclusiva abertos à toda a comunidade acadêmica.	http://nucleodeacessibilidad eufal.blogspot.com.br/
UFAM	Promovendo recursos e apoio às ações que possam tornar a instituição mais acessível.	http://www.ufam.edu.br/2013-04-29-19-37-05/arquivo-de-noticias/5256-nucleo-eu-apoio-promove-acessibilidade-na-ufam



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

UFBA	<p>Apoio a inclusão do aluno com Necessidades Especiais, na universidade em todos os espaços e contextos; Informa a comunidade da Universidade sobre a legislação e as normas educacionais vigentes que beneficiam os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE); Promove assessoramento técnico-pedagógico aos professores e coordenadores de cursos da universidade; Promove um atendimento adequado às necessidades individuais do aluno; Garante ao aluno a possibilidade de utilizar os equipamentos especiais disponíveis no NAPE; Propõe convênios com outros organismos e instituições que possam implementar programas de apoio em parceria; Fornecer material didático especializado ou adaptado necessário ao aluno, quando houver disponibilidade,</p>	<p>http://www.napeaccessivel.ufba.br/</p>
UFC	<p>Elabora e gerencia ações de acessibilidade; Oferece suporte às unidades acadêmicas para a efetivação da acessibilidade na UFC; Estimula a inserção de conteúdos sobre acessibilidade nos projetos pedagógicos de cursos de graduação, contribuindo para a formação de profissionais sensíveis ao tema; Identifica e acompanha os alunos com deficiência na UFC; Identifica metodologias de ensino que representam barreiras para os alunos com deficiência e propõe estratégias alternativas; Estimula o desenvolvimento de uma cultura inclusiva na Universidade; Oferece serviços de apoio a esse público, como digitalização e leitura de textos acadêmicos, cursos de Língua Brasileira de Sinais (Libras), revisão de processos arquitetônicos com base em critérios de acessibilidade, entre outras ações; Promove a formação de recursos humanos em gestão de políticas relacionadas às pessoas com deficiência, qualificando-os para um atendimento adequado; Promove eventos para informar e sensibilizar a comunidade universitária; Estimula o desenvolvimento de pesquisas de Avaliação Pós-Ocupação nos prédios da UFC; Estimula a acessibilidade em ambientes virtuais e nos produtos e eventos de comunicação e marketing; Oferece orientação e apoio pedagógico a coordenadores e professores, estabelecendo um canal de comunicação entre estes e os estudantes com deficiência.</p>	<p>http://www.acessibilidade.ufc.br/</p>
UFES	<p>O Núcleo de Acessibilidade da UFES (NAUFES) foi criado por meio da Resolução nº 31/2011 do Conselho Universitário como proposta do então Secretário de Inclusão Social, Prof. Antonio Carlos Moraes, com a finalidade de coordenar e executar as ações relacionadas à promoção de acessibilidade e mobilidade, bem como acompanhar e fiscalizar a implementação de políticas de inclusão das pessoas com deficiência na educação superior, tendo em vista seu ingresso, acesso e permanência, com qualidade, no âmbito universitário.</p>	<p>http://proaeci.ufes.br/acessibilidade-naufes</p>
UFG	<p>tem como objetivo propor e viabilizar uma educação superior inclusiva aos estudantes com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade/superdotação, por meio de apoios diversos para a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação, buscando seu ingresso, acesso e permanência, favorecendo a aprendizagem, no ambiente universitário.</p>	<p>https://acessibilidade.ufg.br/</p>



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

UFMA	<p>I. Garantir o acesso, o ingresso e a permanência de pessoas com deficiências na UFMA, através de suporte técnico e atendimento especializado;</p> <p>II. Coordenar todos os trabalhos pró-acessibilidade, fazendo respeitar a Constituição Federal de 1988, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas infraconstitucionais;</p> <p>III. Promover interação com as associações de pessoas portadoras de deficiência em São Luís e Núcleos de outras instituições federais de ensino superior;</p> <p>IV. Elaborar o relatório anual das atividades do Núcleo;</p> <p>V. Atualizar o censo da população de pessoas portadoras de deficiência que trabalham e/ou estudam na UFMA;</p> <p>VI. Levantar e mapear todas as barreiras que impeçam ou dificulte o ingresso, o acesso e a permanência de pessoas com deficiência, na UFMA;</p> <p>VII. Estabelecer parcerias com a Prefeitura de Campus e as demais Unidades Acadêmicas;</p> <p>VIII. Projetar as ações que devem fazer parte do Plano Diretor do Campus da UFMA;</p> <p>IX. Garantir aos estudantes portadores de deficiência sensorial o acesso às mesmas informações e experiências que os textos em tinta e som transmitem às demais pessoas;</p> <p>X. Produzir textos ampliados para alunos com baixa visão no Núcleo e em outras dependências da UFMA, de acordo com as necessidades dos usuários;</p> <p>XI. Transcrever e interpretar aulas e outras experiências sonoras;</p> <p>XII. Trabalhar em conjunto com o docente, recebendo através dele todo o material necessário utilizado para o acompanhamento das atividades discentes;</p> <p>XIII. Operar e manter todos os equipamentos videomagnificadores e de impressão em Braille;</p> <p>XIV. Produzir relatórios das atividades de interpretação e transcrição;</p> <p>XV. Cumprir com o disposto no seu Regimento Interno.</p>	<p>http://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/paginas/pagina_estatica.jsf?id=43</p>
UFMG	<p>É responsável pela proposição, organização e coordenação de ações que assegurem as condições de acessibilidade necessárias ao ingresso, permanência, participação e autonomia de pessoas com deficiência no âmbito da instituição.</p>	<p>https://www.ufmg.br/nai/</p>
UFPE	<p>O Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Pernambuco (NACE/UFPE), vinculado ao Gabinete do Reitor, com a finalidade de apoiar e promover a acessibilidade aos estudantes e servidores com deficiência, mobilidade reduzida, transtorno funcional específico da aprendizagem, transtorno global do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação.</p>	<p>https://www.ufpe.br/nucleo deacessibilidade/index.php?option=com_content&view=article&id=313&Itemid=175</p>
UFPR	<ul style="list-style-type: none">- Levantamento das áreas no âmbito da UFPR com problemas de acessibilidade e estudo das possíveis adaptações.- Localização das pessoas com necessidades especiais nos diversos campi da UFPR.- Apoio didático-pedagógico aos alunos com NEE e seus professores.- Articulação de ações de ensino, pesquisa e extensão na área das necessidades educacionais especiais.- Trabalho de forma articulada com a comissão de acessibilidade que trata diretamente da adaptação de espaços físicos na UFPR.- Contato e reuniões com as coordenações de cursos que receberão alunos com deficiência, em seguida da efetivação do registro acadêmico, no sentido de orientar sobre as necessidades do aluno.- Digitalização e correção de materiais impressos para alunos e professor com deficiência visual.- Orientações acadêmicas sobre os alunos com Necessidades Educacionais Especiais na UFPR aos professores e técnico-administrativos da UFPR.- Organizar, em parceria com o Núcleo de Concursos (NC), as bancas de verificação dos candidatos ao Vestibular.	<p>http://www.prograd.ufpr.br/portal/cepigrad/napne/</p>



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

UFRGS	È responsável pela articulação, o fomento e a consolidação da política de inclusão e acessibilidade da UFRGS.	http://www.ufrgs.br/incluir
UFRN	A UFRN desde 2000 já vem empreendendo ações voltadas para promover o acesso e a permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais em seu espaço acadêmico.	http://www.caene.ufrn.br/acoes.php
UFRR	Expandir o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFRR; Ampliar as ações de discussão e produções na área de educação inclusiva e acessibilidade, em âmbito institucional, regional e nacional; Fortalecer a relação das nossas ações no campo do ensino, da pesquisa e da extensão; Promover cursos de capacitação sobre a educação inclusiva e educação especial na UFRR; Promover o Seminário Nacional de Educação Inclusiva; Melhorar as condições de acessibilidade pedagógica dos alunos da UFRR, através da aquisição de materiais que atendam às suas necessidades específicas em seus respectivos cursos; Estabelecer parcerias com outros órgãos e instituições, com o objetivo de promover ações voltadas à acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência; Favorecer o amplo debate das questões voltadas à acessibilidade e inclusão, no âmbito da UFRR e da comunidade geral. Expandir o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFRR; Ampliar as ações de discussão e produções na área de educação inclusiva e acessibilidade, em âmbito institucional, regional e nacional; Fortalecer a relação das nossas ações no campo do ensino, da pesquisa e da extensão; Promover cursos de capacitação sobre a educação inclusiva e educação especial na UFRR; Promover o Seminário Nacional de Educação Inclusiva; Melhorar as condições de acessibilidade pedagógica dos alunos da UFRR, através da aquisição de materiais que atendam às suas necessidades específicas em seus respectivos cursos; Estabelecer parcerias com outros órgãos e instituições, com o objetivo de promover ações voltadas à acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência; Favorecer o amplo debate das questões voltadas à acessibilidade e inclusão, no âmbito da UFRR e da comunidade geral.	http://ufr.br/construir/
UFSC	1) Ações descentralizadas e participativas; 2) Respeito à singularidade; 3) Promoção da cultura inclusiva; 4) Indissociabilidade entre inclusão e desenvolvimento institucional; 5) Ações consistentemente embasadas e informadas.	http://cae.ufsc.br/principios/
UNB	Constituir um espaço para o desenvolvimento de pesquisa e inovação na área de Tecnologia Assistiva e Acessibilidade, com formação e capacitação de recursos humanos para este fim.	http://www.ntaai.unb.br/index.php/apresentacao

Os dados pesquisados revelam que as maiorias das instituições oferecem em seus endereços eletrônicos, informações sobre seus núcleos de acessibilidade, assim como serviços e ações realizadas, foi percebido que existe nas instituições pesquisadas, o intuito de atender os usuários com deficiência, porém, não foi observado uma política de inclusão clara, essa observação se embasa na ausência de informações sobre a referida política nos sites das instituições.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Conclusões

Embora aproximadamente 60% das instituições apresentarem informações claras sobre núcleos de acessibilidade, as questões ligadas a uma política de inclusão ainda são muito frágeis, o que merece um olhar crítico visto que, existem editais para promoção dos referidos núcleos e mesmo algumas instituições já participantes do programa INCLUIR ainda não fazem a devida promoção de suas ações e serviços em seus sites. Decisões foram e ainda estão sendo tomadas rumo ao processo de inclusão no ensino superior, é importante que as instituições percebam a importância da construção de uma política clara e objetiva de inclusão e que essa política seja consolidada, praticada e respeitada para que o acesso do deficiente as IES possa ser verdadeiramente uma realidade.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: Acesso em: 30 jul. 2016.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. . **Avanços das Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência**: Uma análise a partir das conferências nacionais. Brasília: Secretária de Direitos Humanos, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-avancos-politicas-publicas-pcd.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

DIAZ, Félix et al (Org.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: Questões contemporâneas. Salvador: Edufba, 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/acessibilidade/files/2009/07/Educacao-Inclusiva.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz (Org.). **Tornar a Educação Inclusiva**. Brasília: Unesco, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184683por.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

MOREIRA, Hélvio Feliciano; MICHELS, Luciano Rhinow; COLOSSI, Nelson. Inclusão Educacional para pessoas portadoras de deficiência: Um compromisso com o ensino superior. **Escritos Sobre Educação**, Ibitiré, v. 5, n. 1, p.19-25, jan-jun. 2006. Semestral. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432006000100004>. Acesso em: 10 ago. 2016